



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 04230/2023 (Flowdocs)

EMPRESAS: **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA** (RECURSO).

MMC INCORPORAÇÃO E ARQUITETURA LTDA (CONTRARRAZÃO)

CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA (RECURSO).

C.PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA (CONTRARRAZÃO)

ERWIL CONSTRUÇÕES LTDA (CONTRARRAZÃO)

Referente à:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2024

DATA DA ABERTURA: 05 de março de 2024

HORÁRIO: 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma **ELETRÔNICA**, pela Plataforma BLL Compras, no endereço: <https://bllcompras.com>

DO OBJETO:

EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE PRAÇA E ESTACIONAMENTO, NO BAIRRO ESTAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I – Minuta de Contrato; II – Modelo de proposta; III – Modelo de Declaração Conjunta; IV - Metodologia para cálculo de garantia adicional; V - Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições; VI - Carta de Preposição; VII – Orçamento, VIII – Memorial de Cálculo, IX – Cronograma, X – BDI, XI – Memorial descritivo, XII - Caderno de Encargos, XIII Planta de Implantação, XIV – Planta Técnica (parte 1), XV - Planta Técnica (parte 2), XVI - Planta Técnica (parte 3), XVII – Planta, XVIII – Levantamento topográfico (parte 1), XIX - Levantamento topográfico (parte 2), XX – ART, que são parte integrante do presente edital.



Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Concorrência Pública, do tipo maior percentual de desconto global, com subcontratação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), na forma **ELETRÔNICA**, nos termos do Decreto Municipal nº 3.584 de 01 de dezembro de 2022, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 09/02/2024, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 10/02/2024, Diário Oficial da União em 14/02/2024, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**. O mesmo foi enviado, via plataforma BLL Compras, em 07 de março de 2024 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 03946/2024 (Flowdocs).

Para os prazos do julgamento do presente processo foi considerado o Art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021.

DO INICIAL:

A Presidente e Comissão de Contratação deste Município, instituída pela Portaria nº 10/2024, referente a Concorrência Pública nº 01/2024, julga e responde o recurso interposto pelo empresa **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, insatisfeita com a decisão de Comissão em 05/03/2024, conforme consta em conversa, via chat, na Plataforma BLL Compras.

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)”.

Conforme Ata de Sessão – Disputa da Concorrência nº 01/2024, da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto em anexo, o procedimento licitatório foi realizado no dia e horário informado acima, tendo presentes a Presidente da Comissão, Sra. **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**, e os membros **RUBIA ESTEVES MACHADO BRAGA**, **EVERTON FERREIRA MACHADO**, **RODRIGO GAMA**, **RAYANE DE SOUZA STOLTZEMBURG**, **BRENDA MAGRANI DA CUNHA**, a Srª **PATRÍCIA FIGUEIREDO DA SILVA**, Contadora, o Sr. **ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES**, Diretor do Departamento Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão. Participaram ao certame as empresas: **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, **MMC INCORPORAÇÃO E ARQUITETURA LTDA**, **CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA**, **C.PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA** e **ERWIL CONSTRUÇÕES LTDA**.

Após os lances, na etapa de conferência de documentos apresentados pelos licitantes na plataforma, a Comissão inabilitou a empresa **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, tendo a empresa **MMC INCORPORAÇÃO E ARQUITETURA LTDA** como previamente vencedora e as empresas **CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA**, **C.PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA** e **ERWIL CONSTRUÇÕES LTDA** como próximas colocadas.



DOS RECURSOS APRESENTADOS:

- Pela empresa: **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**

No recurso interposto, em breve síntese, a Recorrente **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, alega que foi desclassificada do certame, tendo como justificativa o desatendimento ao item nº 7.6.9 do edital de Concorrência, informando que em atendimento ao referido item apresentou a Certidão nº 29232/2024, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro-CREA-RJ, que atesta que a Pessoa Jurídica encontra-se registrada no Conselho, assim como seus responsáveis técnicos.

Em sua peça recursal a Recorrente informa o item 7.6.9 do edital, além de informar os dados constantes na Certidão nº 29232/2024 e que esses dados supririam a falta do item 7.6.9, além de mencionar o objetivo, segundo a empresa, desta Certidão. Continua informando que os dados constantes na Certidão suprem a falta do documento, bem como, no decorrer de toda peça recursal afirmações como: “Isso é inquestionável!”, ou “Fácil perceber que a certidão nº 29232/2024 atende integralmente os objetivos do item 7.6.9”, “que seu responsável técnico pertence aos quadros profissionais no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) e está em condições efetivas de exercer aquela função técnica”, ou “Comissão de Licitações se ateve mais a forma que ao conteúdo”, ou “Inobstante tal rigorismo, fato é que a Recorrente apresentou CERTIDÃO”, “Verifica-se assim, diante que a certidão nº 29232/2024 atendeu integralmente os objetivos do item 7.6.9”.

Continua sua peça recursal falando de “exigência excessiva, o rigorismo injustificado ou desproporcional, contrariam a finalidade do procedimento licitatório”, informando o art. 37, XXI da Constituição Federal.

Faz menção ainda a publicação do TCU – Tribunal de Contas da União traz em sua publicação “Licitações e Contratos – orientações jurisprudência do TCU” (5ª edição - 2023), informando o item 5.5 dessa publicação.

E por fim, solicita que seja “conhecido e provido o presente recurso para considerar habilitada a empresa **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, autorizando-a a prosseguir no procedimento licitatório decorrente do EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2024 para que se faça efetiva e salutar Justiça”.

- Pela empresa: **CONSTRUCON CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA**. Faço constar que a referida empresa não interpôs recurso, conforme solicitado na plataforma BLL Compras.

DO CONTRARRECURSO APRESENTADO

Cabe informar que não houve manifestação das empresas participantes da Concorrência Pública em questão.

Faço constar que a empresa: **MMC INCORPORAÇÃO E ARQUITETURA LTDA** apresentou suas contrarrazões em local diverso na Plataforma BLL Compras. O mesmo foi apresentado na aba documentos complementares fora do prazo contrarrecursal, o que não foi aceito e/ou considerado.

DO JULGAMENTO:



Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação da Comissão, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Setor Técnico, para análise e pronunciamento do recurso, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu pela parte técnica quanto ao item 7.6.9 do edital.

Segue parecer do Setor Técnico, da Secretaria de Planejamento e Gestão:

“Considerando o processo administrativo Nº 4230/2023, que originou o Edital de Concorrência Nº 01/2024, cujo objeto é a “EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE PRAÇA E ESTACIONAMENTO, NO BAIRRO ESTAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA”;

Considerando que a presente Concorrência foi realizada no dia 05 de março de 2024 por meio de sistema eletrônico, através do Portal do Bolsa de Licitações – BLL; considerando o recurso apresentado pela empresa participante Construtora Mica Rio LTDA, exarado através do processo administrativo Nº 3946/2024;

Temos as seguintes considerações:

Na presente licitação, a empresa CONSTRUTORA MICA RIO LTDA não apresentou um documento essencial para a habilitação, o que configura descumprimento do edital, previsto no Art. 64 da Lei nº 14.133 de Abril de 2021. O documento era exigido de forma clara e inequívoca para comprovar a qualificação do profissional para o certame.

Diante do exposto, após análise ao solicitado, este setor mantém seu entendimento, **mantendo inabilitada da empresa CONSTRUTORA MICA RIO LTDA”.**

Diz os artigos 65 e 67, I, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

Diz os itens editalícios pertinentes a Concorrência Pública nº 01/2024:

2.1.1. O licitante deverá estar credenciado à plataforma Bolsa de Licitações do Brasil e ter cadastrado sua proposta, bem como, comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, anexando-os na plataforma.



3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio da plataforma BLL Compras, a proposta, conforme anexo II, juntamente com os documentos exigidos no item 7 até a data e o horário estabelecidos neste edital.

3.1.1. Caso o Licitante NÃO apresente por meio do sistema e no ato e em conformidade com o item 3.1, todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, ou ausente algum documento, este será declarado INABILITADO no momento oportuno.

3.1.2. Não será aberto prazo e ou oportunidade para apresentação de documentos de habilitação em outro momento do certame, salvo os casos previstos para regularização de documentos apresentados com restrição pelas empresas consideradas ME/EPP/MEI, ou em casos dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Diz, ainda o item 7.6.9 do edital, FALTANTE por parte da Recorrida:

7.6.9. A licitante deverá apresentar do **seu responsável técnico** Certidão de Registro do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)

Não deve ser esquecido da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia no procedimento licitatório. O Tribunal de Contas da União -TCU traz em sua publicação “Licitações e Contratos – orientações e jurisprudência do TCU” (5ª edição), extraído das páginas 408, suas manifestações sobre o caso. Vejamos:

[Enunciado] A alteração de cláusula editalícia capaz de afetar a formulação das propostas dos licitantes sem a republicação do edital e a reabertura dos prazos para apresentação de novas propostas ofende os princípios da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia.
Acórdão 2032/2021-TCU Plenário

Os itens acima constantes no edital deixam claro quanto a falta de documento, especialmente os itens 3.1.1 e 3.1.2, que informa que a ausência de documento INABILITA o licitante. É certo afirmar que o documento que deveria ter sido apresentado pela mesma e NÃO foi.

O recurso apresentado é única e exclusivamente sobre FALTA de documento. Informar sobre um documento que deveria ter sido apresentado na plataforma com outro que consta dados a respeito do assunto, não exime a Recorrente da falta da apresentação do documento FALTANTE na plataforma.

Para demonstrar que a empresa Recorrente deixou de apresentar na plataforma o item 7.6.9, informo a seguir alguns processos licitatórios onde a Recorrente participou, o que demonstra que já era de conhecimento da empresa a exigência dessa Certidão nos processos licitatórios do município. Segue as Certidões apresentados nos anos de 2021, 2022 e 2023:



Processo licitatório nº 1032/2023 referente a Tomada de Preços nº 001/2023 –
Obras gerais por lotes.

Página: 1/1
Data: 06/03/2023

CREA-RJ | **CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL**
31572/2023
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2023

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

Certificamos que o profissional abaixo citado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei Federal número 5.194, de 24 de dezembro de 1.966. Certificamos ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o Crea-RJ.

DADOS DO REGISTRO

Nome:	VITORINO POLIDO DE BARROS	Data de Registro:	14/07/1979
Registro:	1981119949	Emitida em:	23/04/1980
Carteira:	RJ-41457/O		
CPF:	476.526.167-00		
RNP:	2001996004		

Título: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições:
ART. 7º DA RES. 218/73, ATIVIDADES DO ART. 7º DA LEI Nº 5.194/66 E OS ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO 23568/33.

Formado pelo(a): UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETROPOLIS

Data colação de grau: 14/07/1979

FINALIDADE DA CERTIDÃO: PARA FINS DE LICITAÇÃO

Certidão de Registro Profissional nº 31572/2023
Emitida às: 06/03/2023 10:20 (hora de Brasília)
Código de controle do comprovante: 0.44485754820859066

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão possui a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

Válida em todo território nacional.

GUSTAVO BARROS FIDELIS
FIDEI COMISSARIO
CPF: 34.367.062/0001-21

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
Rua Buenos Aires, nº 40, Centro, RJ - CEP: 20.070-000
Tel: (21) 2119-2000 e-mail: crea-rj@crea-rj.org.br

CREA-RJ

Processo licitatório nº 03717/2023, referente a Tomada de Preços nº 003/2023

– Muro Jagura.

Página: 1/1
Data: 06/03/2023

CREA-RJ
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL
31572/2023
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2023

Certificamos que o profissional abaixo citado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei Federal número 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o Crea-RJ.

DADOS DO REGISTRO

Nome:	VITORINO POLIDO DE BARROS	Data de Registro:	14/07/1979
Registro:	1951118949	Emitida em:	23/04/1980
Carteira:	RJ-41457/D		
CPF:	478.526.167-00		
RNP:	2001996004		

Título: ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições:
ART. 7º DA RES. 218/73, ATIVIDADES DO ART. 7º DA LEI Nº 5.194/66 E OS ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO 23589/33.
Formado pelo(a): UNIVERSIDADE CATOLICA DE PETROPOLIS
Data colação de grau: 14/07/1979

FINALIDADE DA CERTIDÃO: PARA FINS DE LICITAÇÃO

Certidão de Registro Profissional nº 31572/2023
Emitida às: 06/03/2023 10:20 (hora de Brasília)
Código de controle do comprovante: 0.44485754920859068

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação punitiva.

Esta certidão perde a validade caso ocorra qualquer situação prevista nos elementos cadastrais não corrigidos desde que não representem a alteração controlada ou anulada do registro.
Válido em todo território nacional.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
Rua Buenos Aires, nº 40 - Centro, RJ - CEP: 20.130-002
Tel: (21) 2179-8881 - e-mail: crea@crea-rj.org.br

CREA-RJ



Processo licitatório nº 04916/2022, referente a Tomada de Preços nº 005/202 – Muro Contenção Tedesco.

Página: 1/1
Data: 10/08/2022

**CREA-RJ**
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL
82060/2022
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2022

Certificamos que o profissional abaixo citado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei Federal número 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o Crea-RJ.

DADOS DO REGISTRO

Nome:	WITORINO POLIDO DE BARROS		
Registro:	1981119949	Data de Registro:	14/07/1979
Carteira:	RJ-41467/D	Emitida em:	23/04/1980
CNPJ:	478.526.107-00		
RNP:	2001995004		

Título: ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições:
RES 218/73 - ART 07(AT.01 A 18)
Formado pelo(a): UNIVERSIDADE CATOLICA DE PETROPOLIS
Data colação de grau: 14/07/1979

FINALIDADE DA CERTIDÃO: PARA FINS DE LICITAÇÃO

Certidão de Registro Profissional nº 82060/2022
Emitida às: 10/08/2022 10:22 (hora de Brasília)
Código de controle do comprovante: 0.18367504649821284

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão possui a validade caso alguma alteração posterior dos dados cadastrais não condizente com a situação corrente se encontre no registro.

Válida em todo território nacional.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro
Rua Buenos Aires, nº 46, Centro, RJ - CEP: 20.079-103
Tel.: 21 3119.2601 E-mail: crea@crea-rj.org.br



Processo licitatório nº 07087/2021, referente a Tomada de Preços nº 012/2021 – Rede Drenagem Brucussu.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 1/1
Data: 15/05/2021

CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL
46720/2021
VÁLIDA ATÉ: 31/12/2021

130 f

Certificamos que o profissional abaixo citado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei Federal número 5.194, de 24 de dezembro de 1.966. Certificamos ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o Crea-RJ.

DADOS DO REGISTRO

Nome:	BRUNO TELES NEVES		
Registro:	2015105127	Data de Registro:	15/05/2015
Carteira:	RJ-D	Emitida em:	07/07/2016
CPF:	139.886.177-41		
RNP:	2014164940		

Título: ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições:
RES 218/73 - ART 07(AT.01 A 18)
Formado pelo(a): FACULDADE DE CIENCIAS JURIDICAS E GERENCIAIS ALVES FORTES
Data colação de grau: 23/01/2015

FINALIDADE DA CERTIDÃO: PARA FINS DE LICITAÇÃO

Certidão de Registro Profissional nº 46720/2021
Emitida às: 15/05/2021 11:18 (hora de Brasília)
Código de controle do comprovante: 0.33022025959372503

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão perdurará a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nesta certidão desde que não representem a situação real da atualizada do registro.

Válida em todo território nacional.



Diz a clausula 14.1 do edital:

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Não menos importante, deve ficar claro se a Recorrente achava o documento redundante, sem importância, deveria ter impugnado o edital, coisa que não fez. Como demonstrado nos documentos acima, **as Certidões dos profissionais foram apresentadas em todos os processos citados**. Portanto, informações constantes na peça recursal como: “qual informação faltou”? “se ateuve mais a forma que ao conteúdo”, “Inobstante tal rigorismo, fato é que a Recorrente apresentou CERTIDÃO, exatamente na forma determinada pelo edital”. “Fácil perceber que a certidão nº 29232/2024 atende integralmente os objetivos do item 7.6.9”. Inquestionável é, que a Recorrente NÃO apresentou o documento solicitado no item 7.6.9. Cada Certidão tem uma finalidade. Uma não substitui a outra, constam informações parecidas. De fato, o objetivo da certidão é comprovar a inscrição do responsável técnico da empresa junto ao CREA, porém, a Certidão NÃO foi apresentada, e como demonstrado acima, a empresa possui e sempre apresentou as Certidões em outros procedimentos licitatórios. Não consta em nenhuma parte do edital a informação de que uma Certidão poderia substituir a outra. Fato!

Ao aceitar o que quer a Recorrente, representa uma afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre os licitantes, já que os outros licitantes apresentaram as certidões de seus profissionais.

Consta, entre outras, extraído da publicação do “Licitações e Contratos – orientações jurisprudência do TCU” (5ª edição - 2023), item 5.5. Habilitação, apresentado pela Recorrente, informações como:

“Os requisitos de habilitação devem ser definidos, de forma motivada, ainda na fase preparatória do processo licitatório e estar compatíveis com a natureza e a relevância do objeto licitado”. E foram definidos, conforme edital, inclusive, com toda documentação a ser apresentada conforme item 7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO.

“Os documentos necessários para comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação, bem como a forma e o momento apropriados para apresentar a documentação devem ser previstos no edital”. Ou seja, todo o rito processual do processo licitatório tem como segmento o edital.

A Procuradoria Geral do Município se manifesta em seu parecer dizendo “”.

(...)

“A Recorrente apresenta Recurso Administrativo contra sua inabilitação pela Comissão de Licitação no Processo nº 4230/2023, referente à Concorrência nº 01/2024 –“EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE PRAÇA E ESTACIONAMENTO, NO BAIRRO ESTAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA”.

(...)

“Desta forma, tendo sido detectada a falta de documentação de apresentação obrigatória, de acordo com o edital do certame, entendo que a decisão da Comissão de Licitação em declarar inabilitada a Recorrente foi correta, não havendo motivos para rever ou reconsiderar a mesma, opinando pelo indeferimento do recurso apresentado”.



O Parecer na Procuradoria Geral do Município será disponibilizado na íntegra da plataforma BLL Compras junto com a decisão.

Por todo o exposto essa Comissão opina:

Tendo em vista o RECURSO apresentado pela empresa **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**;

Tendo em vista a não manifestação das outras empresas em não apresentar suas contrarrazões;

Tendo em vista que a falta de documento contraria totalmente o art. 67, I, da Lei 14.133/2021, que diz:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

Tendo em vista o entendimento do Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão e parecer da Procuradoria Geral do Município, bem como, pelas razões acima expostas, essa Comissão opina pelo indeferimento do recurso apresentado.

DA DECISÃO

Ante o exposto, Esta Comissão de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria G.P. nº 10 de 15 de janeiro de 2024, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDEM**:

ACATAR, o parecer por parte da Setor Técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão, bem como, parecer da Procuradoria Geral do Município, diante das informações apresentadas, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração e confecção das documentações para elaboração do edital, valendo-nos de seus argumentos a nossa reposta ao recurso interposto.

CONHECER o recurso interposto feito pela empresa **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, opinando pelo indeferimento, julgando-o improcedente, e NEGANDO PROVIMENTO, mantendo como habilitada a prosseguir no certame a empresa **MMC INCORPORAÇÃO E ARQUITETURA LTDA**.

ENVIAR o processo para o Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

APÓS dê ciência a empresa, bem como, que a resposta disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.



São José do Vale do Rio Preto, 15 de março de 2024

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO

Presidente da CPL

RUBIA ESTEVES MACHADO BRAGA

Membro

PATRÍCIA FIGUEIREDO DA SILVA

Membro

EVERTON FERREIRA MACHADO

Membro

RODRIGO GAMA

Membro

RAYANE DE SOUZA STOLTZEMBURG

Membro

BRENDA MAGRANI DA CUNHA

Membro

ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES

Membro





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

6BF3734CEDD545D381FA74BE3B4E7E63

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/6BF3734CEDD545D381FA74BE3B4E7E63>